

ANÁLISE CRÍTICA DO PLANO ESTADUAL DE SAÚDE EM RELAÇÃO A OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

MATHEUS MACHADO BERLEZE^{1,2}, ALESSANDRA REGINA MULLER
GERMANI^{2,3}

1 Introdução

A formulação dos Planos de Saúde é uma etapa fundamental para a descentralização da gestão em saúde, conforme estabelecido pela Lei nº 8.080/1990. Esses planos, atualizados periodicamente, não apenas abrangem atividades e programações, mas também fornecem uma visão abrangente do financiamento na área da saúde, sendo um requisito essencial para sua aprovação pelos respectivos Conselhos de Saúde (BRASIL, 1990).

A diversidade brasileira e as diferentes necessidades em saúde exigem a criação de políticas e planos que atendam a todos, respeitando suas especificidades regionais (SHIMIZU et al., 2021). Neste contexto, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), instituída em 1999 e atualizada em 2011, desempenha um papel crucial ao garantir a segurança alimentar no Brasil, promovendo práticas alimentares saudáveis e prevenindo distúrbios nutricionais (BRASIL, 2013).

2 Objetivos

Este estudo tem como objetivo compreender quais as estratégias de ação adotadas pelo Estado do Rio Grande do Sul para implementar a PNAN, conforme delineado em seu Plano Estadual de Saúde (PES/RS) para o quadriênio 2019-2023.

3 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa social qualitativa, focada na investigação das estratégias de implementação da PNAN no PES/RS para o quadriênio 2019-2023. A pesquisa qualitativa é caracterizada por uma abordagem interpretativa, que busca compreender a complexidade dos fenômenos sociais a partir da perspectiva dos envolvidos e do contexto em que esses

¹Médico, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Passo Fundo, contato: matheusberleze@gmail.com

²Grupo de Pesquisa: Reflexão Crítica Acerca Da Gestão Em Saúde Na Busca Pela Concretização Dos Princípios E Diretrizes Do Sistema Único De Saúde - SUS

³Enfermeira professora doutora, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Passo Fundo, **Orientadora**.

fenômenos ocorrem (MINAYO, 2004).

A metodologia aplicada combinou revisão bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica envolveu a leitura e interpretação de materiais já publicados, essenciais para a compreensão do desenvolvimento de planos de saúde e a implementação de políticas de alimentação e nutrição. As fontes foram consultadas em bibliotecas virtuais, principalmente através do Google Acadêmico. A análise documental consistiu na leitura detalhada do PES/RS, disponível no site oficial do governo estadual. As estratégias de ação previstas no plano foram sistematicamente comparadas com as diretrizes da PNAN, organizadas por eixos temáticos em uma planilha eletrônica, o que permitiu identificar limites e potencialidades.

Este estudo seguiu as diretrizes éticas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sendo dispensado de avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa devido ao seu caráter documental.

4 Resultados e Discussão

A análise documental da PNAN revelou que as diretrizes se estruturam em nove grandes eixos: Organização da Atenção Nutricional; Promoção da Alimentação Adequada e Saudável; Vigilância Alimentar e Nutricional; Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição; Participação e Controle Social; Qualificação da Força de Trabalho; Pesquisa, Inovação e Conhecimento em Alimentação e Nutrição; Controle e Regulação dos Alimentos; Cooperação e Articulação para Segurança Alimentar e Nutricional.

Para análise comparativa com os dados contidos no PES/RS 2019-2023, desses grandes eixos subdividiram-se 37 tópicos específicos. Então, estes foram avaliados delimitando quais o Plano Estadual contempla plenamente, parcialmente, ou não contempla conforme as recomendações da Política. Denotou-se a contemplação da maioria dos tópicos da PNAN, mas não de algum grande eixo integralmente.

A total implementação de equipes multiprofissionais na Atenção Básica é crucial para ampliar o acesso e a qualidade das ações de saúde. Tais equipes abordam melhor os determinantes sociais da saúde e oferecem cuidados integrados (BISPO e ALMEIDA, 2023). O PES/RS, ao incluir ações multiprofissionais como indicadores de desempenho, promove maior articulação entre os profissionais, o que melhora a abrangência e qualificação das ações.

A ampliação da assistência para obesidade e desnutrição na Atenção Primária (APS),

alinhada às recomendações da PNAN, é ideal para intervenções preventivas e contínuas devido à proximidade da APS com a comunidade. A organização da Linha de Cuidado do Sobrepeso e Obesidade no RS busca garantir cuidado integral e contínuo, reforçando a importância da APS no combate a essas condições (PERONDI, 2020).

O incentivo ao aleitamento materno exclusivo até o 6º mês e complementar até os 2 anos, amplamente respaldado pela literatura, associa o aleitamento a benefícios significativos para a saúde infantil, como a redução do risco de doenças crônicas (MALTA; SILVA JÚNIOR, 2013). As campanhas do Agosto Dourado do PES/RS evidenciam o compromisso do estado em promover práticas de aleitamento materno, contribuindo para melhorar os indicadores de saúde infantil.

O PES/RS foca na qualificação e organização da rede, visando melhorar o atendimento e reduzir fatores de risco. Conciliar ambientes que incentivem práticas saudáveis, como as Academias da Saúde, também é uma estratégia eficaz na redução de fatores de risco para doenças crônicas. A literatura apoia a criação de espaços públicos para atividade física, reduzindo a incidência de doenças crônicas e melhorando a qualidade de vida (SÁ, 2016). A expansão das Academias da Saúde, programa do governo federal, no Rio Grande do Sul reflete essa parceria.

Quanto ao uso de dados como Carga Global de Doenças para monitorar fatores de risco e prever tendências, apresenta-se uma abordagem consolidada na vigilância em saúde pública. O PES/RS, ao incorporar indicadores validados, reforça o compromisso com o monitoramento contínuo eficiente das condições de saúde da população (ARREAZA, 2010).

Utilizar sistemas de informação como o Sistema de Informação em Vigilância Sanitária (SIVISA) e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), juntamente com dados populacionais, é fundamental para a gestão e tomada de decisões em saúde pública. A literatura destaca que integrar esses sistemas melhora a resposta dos serviços de saúde e permite a identificação precoce de problemas nutricionais (NASCIMENTO; SILVA; JAIME, 2019). No PES/RS, o uso do SISVAN é destacado como uma ferramenta essencial para a vigilância nutricional no estado.

A participação social é um pilar essencial no SUS, garantindo que as políticas de saúde sejam responsivas às necessidades locais. O PES/RS fortalece o controle social e a participação cidadã apoiando iniciativas como as Plenárias Regionais de Conselhos

Municipais de Saúde e a realização de cursos e seminários para que ocorra educação popular necessária a uma gestão participativa e democrática (PINHEIRO; BITTAR, 2016).

De fato, a sustentabilidade das políticas de saúde depende de um financiamento adequado. Seguindo por esse viés, o Plano ao garantir a aquisição e distribuição de insumos para o tratamento de carências nutricionais, financiados de forma tripartite, assegura que os municípios tenham os recursos necessários para implementar as políticas de saúde, promovendo equidade no acesso aos tratamentos e continuidade dos programas.

Por fim, melhorar a saúde e nutrição das famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, é essencial para reduzir desigualdades e garantir a segurança alimentar. A literatura evidencia que esses programas, quando bem implementados, têm um impacto significativo na melhoria da saúde nutricional e no aumento do acesso aos serviços de saúde (SOUSA CAMELO; TAVARES; SAIANI, 2009).

O Plano destaca o acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família como uma estratégia crucial para promover a saúde dessas famílias. Bem como, durante a pandemia, o estado produziu meios para facilitar o recebimento do benefício, elaborando informes sobre o acompanhamento dos beneficiários e flexibilizando portarias para permitir a utilização de recursos na redução da insegurança alimentar e na aquisição de insumos de higiene para comunidades indígenas e quilombolas. Tal articulação com políticas de promoção da equidade, especialmente voltadas para grupos mais vulneráveis, evidencia dinamicidade da gestão em tempos de crise .

5 Conclusões

A análise do PES/RS 2019-2023 em relação à PNAN demonstrou uma integração significativa das diretrizes nacionais nas ações estaduais, com a maioria dos tópicos parcialmente ou plenamente contemplados. Embora nenhum eixo da PNAN tenha sido totalmente implementado, o PES/RS promoveu avanços importantes na organização da atenção nutricional e na promoção de práticas alimentares saudáveis. O uso de equipes multiprofissionais na Atenção Básica e a expansão de programas como as Academias da Saúde destacam-se como estratégias eficazes para melhorar a qualidade de vida e combater doenças crônicas no estado. Além disso, o compromisso com o monitoramento contínuo de indicadores de saúde, especialmente em tempos de crise, evidencia a capacidade de adaptação do estado às necessidades emergentes. Esses esforços, aliados ao controle social e à gestão

participativa, são essenciais para a sustentabilidade das políticas de saúde e a promoção da equidade no acesso aos serviços no Rio Grande do Sul.

Referências Bibliográficas

ARREAZA, A. L. V.; MORAES, J. C. Vigilância da saúde: fundamentos, interfaces e tendências. **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 15, p. 2215-2228, 2010.

BISPO, J. P.; ALMEIDA, E. R. Equipes multiprofissionais (eMulti): potencialidades e desafios para a ampliação da atenção primária à saúde no Brasil. **Cad. Saúde Pública** [online], v. 39, n. 10, e00120123, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT120123>. Acesso em: 10 ago. 2024. Epub 13 nov. 2023. ISSN 1678-4464

BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013

MALTA, D. C.; SILVA JR, J. B. O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil e a definição das metas globais para o enfrentamento dessas doenças até 2025: uma revisão. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 22, n. 1, p. 151-164, 2013.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec Abrasco, 2004

NASCIMENTO, F. A.; SILVA, S. A.; JAIME, P. C. Cobertura da avaliação do consumo alimentar no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Brasileiro: 2008 a 2013. **Rev. Bras. Epidemiol.**, v. 22, p. e190028, 2019.

PERONDI, C. **Análise de práticas de educação alimentar e nutricional com grupos na Atenção Primária à Saúde: uma abordagem freireana é possível?**. 2020.

PINHEIRO, B. C.; BITTAR, C. M. L. Práticas de educação popular em saúde na atenção primária: uma revisão integrativa. **Cinergis**, v. 18, n. 1, p. 77-82, 2016.

SÁ, G. B. A. R. et al. O Programa Academia da Saúde como estratégia de promoção da saúde e modos de vida saudáveis: cenário nacional de implementação. **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 21, p. 1849-1860, 2016.

SHIMIZU, Helena Eri et al. Regionalização da saúde no Brasil na perspectiva dos gestores municipais: avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. suppl 2, p. 3385-3396, 2021.

SOUSA CAMELO, R.; TAVARES, P. A.; SAIANI, C. C. S. Alimentação, nutrição e saúde em programas de transferência de renda: evidências para o Programa Bolsa Família. **Rev. Econ.**, 2009.

Palavras-chave: Política de Saúde; Nutrição; Atenção Primária à Saúde

Nº de Registro no sistema Prisma: PES 2023-0261

Financiamento: CNPq